

EDITORIAL

Consumo aquecido

As medidas de estímulo ao consumo interno, adotadas pelo governo nos primeiros meses do ano para evitar o desemprego em massa, revelaram um mercado potencial, formado pelas classes de renda D e E. Em face da descoberta, a classe C, até pouco tempo, a mais cortejada pela indústria e pelo comércio, registra perda de atratividade para as camadas inferiores de consumo, ainda não atraídas pelo crédito fácil e com a renda não comprometida com encargos mensais, entre eles, o do crédito consignado.

Pesquisa nacional, realizada pela empresa LatinPanel, constatou que as camadas sociais com renda mensal familiar entre quatro (R\$ 1.860,00) e dez salários mínimos (R\$ 4.650), gastaram, nos últimos doze meses, R\$ 8,8 bilhões com alimentos, bebidas e artigos de higiene e limpeza. Este volume de dispêndios vem permitindo um novo olhar por parte do empresário para as classes D e E, porque elas estão saindo do estágio de consumo de subsistência.

A razão desse impulso no mercado de consumo interno resulta do crescimento da renda, decorrente tanto dos programas sociais, como da renda do trabalho, no Nordeste, especialmente. Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) comprovam que a renda do trabalho e a renda total do Nordeste aumentaram 7,3% ao ano, entre 2003 e 2008. A renda como um todo registrou aumento de apenas 5,3% ao ano.

As informações da LatinPanel coincidem com os resultados da pesquisa de estratificação das classes sociais, realizada pela FGV. Nos últimos 12 meses, encerrados em julho passado, a

parcela da população com renda mensal superior a 3,5 salários mínimos, nas seis regiões metropolitanas pesquisadas, cresceu mais no Nordeste do que no Sudeste, sendo forte o avanço principalmente nas periferias de Recife e Salvador.

Nas regiões Norte e Nordeste, há 6,9 milhões de lares recebendo até quatro salários mínimos (R\$ 1.860,00) por mês, o correspondente a 40% do total de famílias das classes D e E do País. Boa parte do incremento das compras dessa classe de consumidores se deve ao aumento real do salário mínimo, de 5,7%, concedido este ano.

Há outros fatores concorrentes para a melhoria da renda interna do nordestino. A massa de renda dos ocupados, dos aposentados e pensionistas da Previdência Social e dos beneficiários do Bolsa Família cresceu 7,7% no primeiro trimestre deste ano. Esse acréscimo é superior ao dobro do aumento concedido às mesmas categorias situadas no Sudeste, de 3,1%. A inflação das camadas mais pobres perdeu fôlego. A previsão para este ano, pelo INPC, é de 4,5%.

Além desses fatores positivos, a crise conjuntural surgida em 2008 não afetou, em maior escala, as camadas de menor renda. Essa demanda satisfeita é fruto de anos acumulados sem o consumo de bens duráveis. Diante da melhoria na renda, o caminho imediato aponta para a ampliação da cesta básica, dos eletroeletrônicos há muito desejados e para o melhoramento nas condições de moradia. As populações nordestinas experimentam, assim, condições de vida bem diferentes dos anos amargos das estiagens prolongadas.